

PROCESSO : **16.169-1/2011 (2 VOLUME)**
INTERESSADO : **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA**
ASSUNTO : **CONTAS ANUAIS – EXERCÍCIO DE 2011**
RELATOR : **CONSELHEIRO VALTER ALBANO DA SILVA**

RELATÓRIO – GESTÃO

Trata o processo das Contas Anuais de Gestão da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA**, referentes ao exercício de 2011, de responsabilidade do gestor **Gerson Rosa de Moraes**, submetido à análise deste Tribunal de Contas, em face da competência disposta no § 1º e do art. 31 da Constituição Federal, combinado com o art. 212 da Constituição Estadual e com o inc. II, do art. 1º, da Lei Complementar Estadual 269, de 29/01/2007.

MR 105

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA	
JULGAMENTOS PELO TCE-MT DE 2008 – 2010	
Exercício 2008	julgadas regulares, com recomendacoes e determinações legais e multar
Exercício 2009	julgadas regulares, com recomendacoes e determinações legais, multar e glosar
Exercício 2010	julgadas regulares, com recomendacoes e determinações legais e multar

[Fontes: JBGE, INEP, Site TCE MT](#)

As referidas contas foram apresentadas com os demonstrativos contábeis assinados pelo gestor da Prefeitura Municipal de **Pontal do Araguaia**, e por profissional credenciado, o Sr. João Delfino de Souza, Contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade (CRC-MT) sob o número 003.457/01-MT.

Durante o exercício analisado, o sistema de Controle Interno do município, ficou sob a responsabilidade do Senhor **Adolfo Delfino de Souza** (fls. 264/274).

1. PEÇAS DE PLANEJAMENTO

O Poder Executivo elaborou as três peças de planejamento – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) - e depois as enviou a este tribunal para registro, conforme a seguir:

PEÇAS DE PLANEJAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO	NÚMERO DA LEI	DATA	AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	REGISTRO
PPA	22045-0/2009	532	30/09/09		28/04/10
LDO	490-1/2011	562	23/08/10		28/09/11
LOA	403-0/2011	577	22/12/10	20,00%	21/10/11

A LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em **R\$ 9.000.000,00** (nove milhões de reais), com autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 20% do orçamento, com a seguinte distribuição por órgão e entidade:

DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE

	VALOR	% DESP
Administração Direta	9.000.000,00	100,00%
Prefeitura Municipal	8.610.000,00	95,67%
Câmara Municipal	390.000,00	4,33%
Administração Indireta	0,00	0,00%
Total Geral Fixado	9.000.000,00	100,00%

A série histórica da Lei Orçamentária, no período 2008/2011, indica que o Município vem aumentando a estimativa de suas receitas, conforme se pode observar:

HISTÓRICO DO ORÇAMENTO

	2008	2009	2010	2011
Receita Estimada	6.951.000,00	8.725.000,00	8.910.000,00	9.000.000,00
Variação %	-	25,52%	2,12%	1,01%

Fonte: Site TCE-MT

2. RECEITAS

As receitas efetivamente arrecadadas pelo Poder Executivo, totalizaram **R\$ 9.990.069,01** (nove milhões, novecentos e noventa mil e sessenta e nove reais e um centavo).

A receita própria em relação ao total de receitas arrecadadas do município, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de **7,93%**, conforme demonstrado a seguir:

RECEITA PRÓPRIA	VALOR (R\$)	% (RECEITA PRÓPRIA/RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA)
Imposto	523.271,01	5,24%
IPTU	71.671,66	0,72%
IRRF	78.693,90	0,79%
ISSQN	134.461,80	1,35%
ITBI	238.443,65	2,39%
Taxa	26.181,99	0,26%
CIP (Contribuição de Iluminação Pública)	117.521,13	1,18%
Multa/Juros de Mora /Correção Monetária s/ Tributos	43.413,56	0,43%
Dívida Ativa Tributária	82.299,44	0,82%
Total	792.687,13	7,93%

Fonte: Contas Anuais

A série histórica das receitas orçamentárias, no período 2008/2011, revela o crescimento na arrecadação, exceto no exercício de 2010, conforme demonstrado no quadro a seguir:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
Ano	2008	2009	2010	2011
Receitas Orçamentárias	9.206.317,05	10.623.403,33	9.647.115,65	9.990.069,01
Variação %	-	15,39%	-9,19%	3,55%
% de Receitas Próprias	6,64%	2,50%	6,06%	7,93%

Fonte: Site TCE-MT

2.1 DÍVIDA ATIVA

Durante o exercício, os créditos inscritos em Dívida Ativa diminuíram **6,21%** em relação ao estoque do exercício de 2010, enquanto a recuperação de créditos representou **6,81%** do mesmo saldo, conforme exposição a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Saldo do Exercício Anterior	1.214.914,67
Inscrições no Exercício	7.256,50
Cobrança e encampação	82.746,68
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.139.424,49
% de decréscimo da Dívida Ativa	6,21%
% Recebimento da Dívida Ativa (Cobrança)	6,81%

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do saldo da Dívida Ativa, no período 2008/2011, indica crescimento, exceto em 2011, conforme se pode observar:

HISTÓRICO DO SALDO DA DÍVIDA ATIVA				
ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011
Saldo Dívida Ativa	900.595,35	1.073.548,79	1.214.914,67	1.139.424,49
Variação %	-	19,20%	13,17%	-6,21%

Fonte: Site TCE-MT

2.2 RECEITA ORÇAMENTÁRIA - COMPARATIVO DAS INFORMAÇÕES (PROCESSO DE CONTAS ANUAIS, APLIC E LRF-CIDADÃO)

Foram constatadas divergências entre os dados registrados no processo de Contas Anuais do Poder Executivo e os valores informados por meio dos sistemas de Auditoria Pública Informatizada de Contas - Aplic e o LRF-CIDADÃO, conforme quadro a seguir:

Origens das Receitas	Contas Anuais	Informações Eletrônicas			
		Aplic	Diferença	LRF	Diferença
Receitas Correntes	9.378.919,82	9.378.368,71	551,11	9.195.750,38	183.169,44
Receita Tributária	549.453,00	549.453,00	0,00	414.991,20	134.461,80
Receita de Contribuição	117.521,13	117.521,13	0,00	117.521,13	0,00
Receita Patrimonial	93.631,56	93.631,56	0,00	93.631,56	0,00
Receita de Serviço	299.022,55	298.471,44	551,11	299.022,55	0,00
Transferências Correntes	8.189.502,54	8.189.502,54	0,00	8.140.794,90	48.707,64
Outras Receitas	129.789,04	129.789,04	0,00	129.789,04	0,00
Receitas de Capital	611.149,19	611.149,19	0,00	611.149,19	0,00
Alienação de Bens	15.100,00	15.100,00	0,00	15.100,00	0,00
Transferências de Capital	596.049,19	596.049,19	0,00	596.049,19	0,00
Total das Receitas	9.990.069,01	9.989.517,90	551,11	9.806.899,57	183.169,44

Fonte: LRF, APLIC, Contas Anuais

3. DESPESAS

As despesas realizadas pelo Poder Executivo, no exercício, totalizaram **R\$ 9.451.682,71** (nove milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil seiscentos e oitenta e dois reais e setenta e um centavos), com a seguinte

distribuição por função:

FUNÇÕES	DESPESA AUTORIZADA NA LOA (R\$)	DESPESA REALIZADA -MUNICÍPIO (R\$)	DESPESA REALIZADA -PODER EXECUTIVO (R\$)
01 - Legislativa	390.000,00	418.150,00	0,00
04 - Administração	1.585.000,00	1.547.233,53	1.547.233,53
08 - Assistência Social	460.000,00	542.017,79	542.017,79
09 - Previdência Social	320.000,00	0,00	0,00
10 - Saúde	1.410.000,00	2.696.892,41	2.696.892,41
12 - Educação	2.640.000,00	2.245.741,95	2.245.741,95
13 - Cultura	40.000,00	110.000,00	110.000,00
15 - Urbanismo	1.385.000,00	1.449.522,00	1.449.522,00
17 - Saneamento	260.000,00	72.393,42	72.393,42
20 - Agricultura	60.000,00	28.907,73	28.907,73
23 - Comércio e Serviços	60.000,00	402.606,07	402.606,07
25 - Energia	20.000,00	0,00	0,00
26 - Transporte	120.000,00	22.079,00	22.079,00
27 - Desporto e Lazer	55.000,00	15.247,44	15.247,44
29 - Encargos especiais	170.000,00	319.041,37	319.041,37
Reserva de Contingência	25.000,00	0,00	0,00
TOTAL	R\$ 9.000.000,00	R\$ 9.869.832,71	R\$ 9.451.682,71

Fonte: LOA, Contas Anuais

3.1 DESPESA ORÇAMENTÁRIA - COMPARATIVO DAS INFORMAÇÕES (PROCESSO DE CONTAS ANUAIS, APLIC E LRF-CIDADÃO)

Os dados constantes do processo de Contas Anuais também apresentam divergência em relação aos valores informados por meio do sistema Aplic e LRF-Cidadão, conforme quadro a seguir:

Grupos de Despesas	Contas Anuais	Informações Eletrônicas			
		Aplic	Diferença	LRF	Diferença
Despesas correntes	8.641.591,15	8.445.894,51	195.696,64	8.201.948,94	439.642,21
Pessoal e Encargos Sociais	4.327.928,97	4.133.170,70	194.758,27	4.332.258,24	-4.329,27
Juros e Encargos da Dívida	73.320,99	73.320,99	0,00	73.320,99	0,00
Outras Despesas Correntes	4.240.341,19	4.239.402,82	938,37	3.796.369,71	443.971,48
Despesas de Capital	810.091,56	810.091,56	0,00	70.169,97	739.921,59
Investimentos	739.921,59	739.921,59	0,00	0,00	739.921,59
Amortização da Dívida	70.169,97	70.169,97	0,00	70.169,97	0,00
Total das Despesas	9.451.682,71	9.255.986,07	195.696,64	8.272.118,91	1.179.563,80

Fonte: LRF, APLIC, Contas Anuais

4. RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Comparando a **receita estimada** com a efetivamente **arrecadada**, verifica-se excesso de **11,00%** na arrecadação. A **despesa autorizada** comparada à **despesa realizada** apresenta uma economia orçamentária de **8,20%**, conforme se observa no quadro a seguir:

COMPARATIVO ENTRE ORÇADO E EXECUTADO - CONSOLIDADO			
Receita Prevista	9.000.000,00	Despesa Autorizada	10.295.550,00
Receita Arrecadada	9.990.069,01	Despesa Realizada	9.869.832,71
Superávit na Arrecadação	990.069,01	Economia Orçamentária	425.717,29
% da prevista	11,00%	% da autorizada	4,13%

Fonte: Contas Anuais

Na comparação das **receitas arrecadadas** com as **despesas realizadas**, excluídos os valores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), constata-se *superavit* no resultado orçamentário equivalente a **5,39%** da receita, conforme demonstrado no seguinte quadro:

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	CÂMARA	PREFEITURA
Receita Arrecadada	9.990.069,01	0,00	9.990.069,01
Despesas Realizadas	9.869.832,71	418.150,00	9.451.682,71
Resultado Orçamentário	120.236,30	-418.150,00	538.386,30
Percentual da Receita	1,20%	0,00%	5,39%

Fonte: Contas Anuais

Ao analisar o resultado da execução orçamentária do poder executivo, no período de 2008 a 2011, constatou-se superavit orçamentário, exceto nos exercícios de 2009 e 2010, conforme demonstrado a seguir:

Histórico da Execução Orçamentária				
	2008	2009	2010	2011
Receita Arrecadada	9.206.317,05	10.623.403,33	9.647.115,65	9.990.069,01
Despesas Realizadas	8.512.830,08	10.866.255,90	10.422.716,38	9.869.832,71
Resultado Orçamentário	693.486,97	-242.852,57	-775.600,73	120.236,30

Fonte: Contas Anuais

5. RESULTADO FINANCEIRO (BALANÇO PATRIMONIAL)

O resultado financeiro, que é a diferença entre ativo financeiro e passivo financeiro, revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.

No exercício de 2011 é possível verificar equilíbrio entre os direitos e as obrigações de curto prazo processados, uma vez que o executivo municipal dispõe de R\$ 1,21 para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	PREFEITURA
Ativo Financeiro	3.613.659,18	3.613.659,18
Passivo Financeiro	2.998.791,54	2.998.791,54
Resultado Financeiro (Déficit / Superávit)	614.867,64	614.867,64
Quociente da Situação Financeira	1,21	1,21

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	PREFEITURA
Passivo Financeiro (Excluídos os R. P. Não Processados)	332.157,22	332.157,22
Quociente da Situação Financeira (Excluídos os R. P. Não Processados)	10,88	10,88

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do quociente da situação financeira, no período 2008/2011, indica capacidade do poder executivo em administrar seus compromissos de pagamentos imediatos, conforme se pode observar:

Período		Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Quociente da Situação Financeira *	Quociente da Situação Financeira (excluídos os R. P. Não Processados)
2008	Executivo	1.538.668,64	774.682,47	1,99	3,17
	Consolidado	1.538.669,60	776.056,48	1,98	3,17
2009	Executivo	2.293.846,93	1.481.097,84	1,55	1,57
	Consolidado	4.988.095,15	1.485.041,06	3,36	3,4
2010	Executivo	2.470.237,98	2.479.475,26	1	8,88
	Consolidado	5.160.892,62	2.497.605,50	2,07	17,41
2011	Executivo	3.613.659,18	2.998.791,54	1,21	10,88
	Consolidado	3.613.659,18	2.998.791,54	1,21	10,88

6. DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Pública do Poder Executivo Municipal, em 31/12/2011, totalizava **R\$ 3.623.072,92** (três milhões, seiscentos e vinte e três mil e setenta e dois reais e noventa e dois centavos), constituindo-se de dívidas fluante e fundada:

Títulos	Saldo	Movimentação no Exercício	Saldo em
---------	-------	---------------------------	----------

	Exercício 2010	Inscrição	Pagamento	Cancelamento	Dez/2011
DÍVIDA FLUTUANTE	2.478.448,34	2.211.382,72	1.479.925,39	211.114,13	2.998.791,54
Restos a Pagar - Exercícios anteriores - Processado	229.260,54	0,00	228.174,03	0,00	1.086,51
Restos a Pagar - Exercícios anteriores - Não Processado	2.119.698,16	23.592,27	268.743,71	211.114,13	1.663.432,59
Restos a Pagar – 2011 – Processado	0,00	200.800,04	0,00	0,00	200.800,04
Restos a Pagar – 2011 - Não Processado	0,00	1.003.201,73	0,00	0,00	1.003.201,73
Depósitos e consignações	129.489,64	983.788,68	983.007,65	0,00	130.270,67
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	691.688,38	0,00	67.407,00	0,00	624.281,38
INSS – Parcelamento	74.205,91	0,00	14.376,00	0,00	59.829,91
FUNAPEM	617.482,47	0,00	53.031,00	0,00	564.451,47
TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	3.170.136,72	2.211.382,72	1.547.332,39	211.114,13	3.623.072,92

Fonte: Contas Anuais

Ao confrontar as disponibilidades com as obrigações financeiras no período 2011, excluídos os Restos a Pagar não Processados, constata-se que a Administração Direta apresentou **suficiência financeira** para saldar os compromissos de curto prazo, correspondendo a 381,69% sobre o total das obrigações. No resultado consolidado – que abrange as administrações Direta e Indireta – a gestão municipal apresentou disponibilidade financeira de 381,57% em relação as obrigações, conforme demonstra o quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	ADM. DIRETA
Disponibilidade Financeira	3.649.528,78	3.649.528,78
Obrigações Financeiras	-3.623.072,92	-3.623.072,92
Restos a pagar não processados	2.666.634,32	2.666.634,32
Obrigações Financeiras menos restos a pagar não processados	956.438,60	956.438,60
Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados	2.693.090,18	2.693.090,18
% da Disponibilidade Financeira em relação às obrigações	381,57%	381,57%

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do saldo da Dívida Pública, no período 2008/2011,

demonstra uma aumento, conforme se observa a seguir:

Histórico do Saldo da Dívida Pública				
ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011
Saldo da Dívida Pública	1.138.169,91	2.199.982,31	3.170.136,72	3.623.072,92
Variação %	-	93,29%	44,10%	14,29%

Fonte: Site TCE-MT. Contas Anuais

7. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A série histórica dos limites constitucionais e legais, no período 2008/2011, são os apresentados a seguir:

	2008	2009	2010	2011
Aplicação na Educação	30,23%	26,06%	32,74%	26,89%
Aplicação na Saúde	15,76%	17,73%	17,07%	17,44%
FUNDEB	60,73%	61,56%	61,60%	63,90%
Despesa de Pessoal	36,05%	46,24%	4716,00%	47,23%
Repasse Legislativo	7,94%	7,82%	6,99%	6,81%

8. LICITAÇÕES REALIZADAS.

Durante o exercício, a Prefeitura de **Pontal do Araguaia** realizou **39** procedimentos licitatórios no total de R\$ 13.415.750,26, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	Quantidade	% - (Qtde)	Valor da Proposta Vencedora	% - (R\$)
Convite para compras e serviços	14	35,90%	R\$ 577.947,92	4,31%
Convite para obras e serviços de engenharia	1	2,56%	R\$ 15.500,00	0,12%
Tomada de preço p/obras e serviços de engenharia	1	2,56%	R\$ 1.329.000,00	9,91%

Leilão	1	2,56%	R\$ 106.600,00	0,79%
Pregão Presencial	22	56,41%	R\$ 11.386.702,34	84,88%
TOTAL	39	100%	R\$ 13.415.750,26	100%

FONTE: APLIC

9. DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES.

Houve registro de **1 (uma)** denúncia, **2 (duas)** representações internas, até a data de inclusão do presente processo em pauta de julgamento.

PROCESSO	OBJETO	SITUAÇÃO
70.009/2011	Denúncia referente a procedimento licitatório pregão presencial n° 013/2011	Arquivado
157.619/2011	Representação proposta pela Secex de obras e serviços de engenharia referente a indícios de irregularidades e inadimplência no envio de informações pelo sistema geo obras referente ao 1° quadrimestre/2011	Arquivado
42.803/2011	Inadimplência no envio de documentos e informações relativas ao 2° e 3° quadrimestres/2011	Em análise na 2° Secex

10. DO RELATÓRIO TÉCNICO DE AUDITORIA.

Sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo da Segunda Relatoria, os Auditores Públicos Externos Daniel Poletto Chu e Rodrigo Castro Vila, e a Auxiliar de Controle Externo, Eloiza Ferreira, após os trabalhos de auditoria, tomando por base informações prestadas a este tribunal através do Sistema APLIC, como também das informações extraídas dos sistemas informatizados da entidade e outras obtidas “*in loco*”, elaboraram o relatório de preliminar de fls. 423/454-TCE, relacionando **14 (quatorze)** irregularidades.

Efetuada a citação regimental, conforme documento que consta às

fls. 457-TCE, o gestor apresentou sua defesa com as justificativas e documentos que entendeu pertinentes às fls. 462/621-TCE. Após a análise, a equipe técnica concluiu, às fls. 626/649-TCE, pela permanência de **13 (treze)** irregularidades, das quais, 10 são classificadas como grave, 1 moderada e 02 sem classificação pela Resolução Normativa 17/2010-TCE/MT, reorganizadas e remuneradas para fins didáticos, conforme a seguir:

I. CONTROLE INTERNO:

1) ausência de normatização das rotinas internas e procedimentos de controle do Sistema de Controle Interno (**EB 02**):

1.1) inexistência de controle individualizado dos custos de manutenção de veículos e de combustível (**EB 05**);

1.2) divergência no valor do bens móveis, entre informações constantes no Anexo 14 e no sistema APLIC (**EC 05**).

II – LICITAÇÃO:

2) não cumprimento de requisitos na celebração de contratos derivados de dispensa de licitação (**GB 13**).

III. CONTRATOS:

3) ausência de designação de representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos contínuos firmados (**HB 04**);

IV. DESPESAS:

4) pagamentos de restos a pagar com preterição da ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, contrariando os artigos 5º e 92 da Lei nº 8.666/93 (**JB 12**);

V. PESSOAL:

5) contratação de pessoal por tempo determinado sem a realização de processo seletivo simplificado (**KB 13**);

5.1) não provimento do cargo de contador por concurso público (**KB 10**)

VI. PRESTAÇÃO DE CONTAS:

6) envio intempestivo de informações sobre licitações ao TCE/MT e da carga do mês de Dezembro/2011 (**MB 02**);

6.1) divergência entre as informações relativas às licitações e as constatadas pelo Auditor no Sistema APLIC (**MB 03**);

6.2) não envio para o Sistema APLIC de informações relativas ao Contrato 96/2011, convênios e pagamentos de seguro DPVAT dos veículos da Administração (**MB 01**);

VII – A CLASSIFICAR:

7) divergência do valor de R\$ 717.194,07 referente a baixa por pagamentos de restos a pagar constante do Anexo 17 do Sistema APLIC e do valor obtido na relação de restos a pagar indicado no Anexo 13;

8) consignações autorizadas a servidores da Prefeitura Municipal que ultrapassam o limite de 30% previsto na legislação (Lei nº 10.820/2003; Decreto nº 6.386/2008, artigo 45 da Lei nº 8.112/1990.

11. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.

Submetido o processo à apreciação do Ministério Público de Contas, o Procurador, Dr. Gustavo Coelho Deschamps, através do Parecer 3070/2012 (fls. 652/676-TCE), manifestou-se no sentido de julgar **regulares com recomendações e determinações legais** as Contas Anuais de Gestão da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, exercício de 2011, com aplicação de multas ao gestor, Sr. Gerson Rosa de Moraes, em razão das irregularidades constantes dos itens 1, 1.1, 2, 3, 4, 5, 5.1, 6, 6.1 e 6.2.

Esse é o Relatório.